

SUMÁRIO

<i>Siglas e abreviaturas</i>	5
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	19
<i>Nota do Autor à 9ª edição</i>	21

CAPÍTULO 1

AS VÁRIAS CATEGORIAS DE INTERESSES

1. Interesse público e interesse privado.....	23
2. Interesses de grupos.....	23
3. As diferentes categorias de interesses de grupos	24

CAPÍTULO 2

LEGITIMAÇÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1. A legitimação para agir	28
2. A legitimação no processo coletivo	28

CAPÍTULO 3

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA

1. Conceito.....	32
2. Espécies.....	33
<i>a)</i> Constituição Federal	33
<i>b)</i> Código Civil.....	33
<i>c)</i> Código de Processo Civil.....	33
<i>d)</i> Código de Processo Penal.....	34
<i>e)</i> Estatuto da Criança e do Adolescente.....	34
<i>f)</i> Leis diversas.....	34

CAPÍTULO 4

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL

1. Generalidades	36
2. O princípio da obrigatoriedade	39
3. O Ministério Público age vinculadamente?	40
4. Pode o Ministério Público praticar atos de desistência?	41
5. Pluralidade de membros do Ministério Público no mesmo processo	43
6. O Ministério Público na defesa de interesses transindividuais	44
7. O Ministério Público pode ser réu?	45
8. A chamada <i>racionalização de serviços</i>	46
9. Quais as consequências da falta de intervenção do membro do Ministério Público no processo?	46
10. Como se contam os prazos processuais do Ministério Público?	47

CAPÍTULO 5

ORIGENS E ALTERAÇÕES DA LACP

1. Generalidades	48
2. A questão do veto	49
3. Alterações subsequentes na LACP	50
4. O CPC de 2015 e o processo coletivo	51

CAPÍTULO 6

OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1. Generalidades	54
2. O patrimônio público e social	56
3. Defesa de interesses individuais indisponíveis	57
4. A discricionariedade da Administração	57
5. Ação civil pública <i>versus</i> ação direta de inconstitucionalidade	58
6. Distinção entre ação civil pública e ação popular	59
7. Distinção entre ação civil pública e mandado de segurança coletivo	60
8. Distinção entre ação civil pública e ação de improbidade administrativa	61

CAPÍTULO 7
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
E AO PATRIMÔNIO CULTURAL

1. Meio ambiente natural, artificial e cultural	64
2. Patrimônio cultural, público e social	64
3. O patrimônio cultural brasileiro	65
4. Regras que presidem a defesa do meio ambiente.....	66

CAPÍTULO 8
TOMBAMENTO

1. Generalidades	67
2. O tombamento.....	67

CAPÍTULO 9
PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E A
OUTROS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

1. Generalidades	69
2. Regras especiais de defesa do consumidor	69
3. Direitos do consumidor.....	70
4. A norma residual ou de extensão	70

CAPÍTULO 10
TUTELA PROVISÓRIA E DEFINITIVA
E AÇÕES INDIVIDUAIS

1. Generalidades	71
2. Tutela provisória e definitiva	72
3. Provimento mandamental	73
4. Provimento injuntivo	73
5. Rito processual	73
6. Antecipação da tutela.....	73
7. Ações individuais	74

CAPÍTULO 11
AÇÕES DECLARATÓRIAS E CONSTITUTIVAS

1. Alcance originário da LACP.....	75
------------------------------------	----

2. Alcance atual da LACP.....	75
-------------------------------	----

CAPÍTULO 12

CONEXIDADE, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA

1. Elementos identificadores da ação	77
2. Conexão	77
3. Continência.....	78
4. Litispendência.....	78
5. Ações individuais	79

CAPÍTULO 13

COMPETÊNCIA

1. Generalidades	81
2. Interesses difusos e coletivos	81
3. Interesses individuais homogêneos	82
4. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos ou serviços	83
5. Estatuto da Criança e do Adolescente	83
6. Foro por prerrogativa de função	84
7. Justiça do Trabalho	85
8. Interesse da União	86
9. Os limites da competência territorial do juiz prolator	87

CAPÍTULO 14

LEGITIMAÇÃO ATIVA

1. Legitimados ativos	89
2. A natureza da legitimação	90
3. Particularidades da legitimação ativa para as ações civis públicas ou coletivas.....	90
4. A posição das associações.....	92
5. Alcance da sentença no tocante às associações.....	92

CAPÍTULO 15

LEGITIMAÇÃO PASSIVA

1. Regra geral	94
2. O Ministério Público como réu	94

3. A coletividade como ré	95
4. O Estado e as autoridades no polo passivo.....	95

CAPÍTULO 16

LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA

1. Litisconsórcio	96
2. Assistência	96
3. Assistência litisconsorcial.....	96
4. O cidadão e o indivíduo	96

CAPÍTULO 17

ASSISTÊNCIA PELO INDIVÍDUO

1. Generalidades	98
2. Natureza jurídica da intervenção.....	98
3. Momento da habilitação	99
4. O prosseguimento do processo individual	99

CAPÍTULO 18

LITISCONSÓRCIO DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS

1. Origem histórica	100
2. Conclusão	102

CAPÍTULO 19

INTERESSE PROCESSUAL

1. O Ministério Público	103
2. As pessoas jurídicas de Direito Público interno	103
3. Os demais legitimados ativos.....	104

CAPÍTULO 20

DESISTÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DOS RECURSOS

1. Desistência infundada	105
2. Conclusão	106

CAPÍTULO 21

LIMINARES

1. Generalidades	108
2. Concessão de liminar	109
3. Quem pode suspender os efeitos da liminar?.....	110
4. Requisitos para a suspensão da liminar	110

CAPÍTULO 22

RECURSOS

1. No inquérito civil.....	112
2. Na ação civil pública ou coletiva	113
3. Reexame necessário	113

CAPÍTULO 23

MULTAS

1. Multas liminares e impostas na sentença	115
2. Principais características das multas.....	116

CAPÍTULO 24

FUNDO PARA RECONSTITUIR OS BENS LESADOS

1. Generalidades	117
2. Destinação da indenização	117
3. Finalidades do fundo	118
4. Características do fundo	118

CAPÍTULO 25

LIQUIDAÇÃO, EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

1. Regras comuns	120
2. Posição do indivíduo e do cidadão	122
3. Sede da liquidação ou da execução	122
4. Liquidação.....	123
5. Execução	123

CAPÍTULO 26

COISA JULGADA

1. Generalidades	124
2. Limitação territorial da coisa julgada	125
3. Coisa julgada conforme o interesse controvertido	125
4. Coisa julgada segundo o resultado do processo	126
5. Limites objetivos da coisa julgada	127
6. A mitigação da coisa julgada	128

CAPÍTULO 27

SUCUMBÊNCIA

1. Regra geral	130
2. O Ministério Público e a sucumbência	130
3. Conclusão	131

CAPÍTULO 28

AVALIAÇÃO DOS DANOS E PERÍCIAS

1. Generalidades	132
2. Conclusão	133

CAPÍTULO 29

RESPONSABILIDADE ESTATAL

1. O Estado no polo passivo	134
2. Ação regressiva	135

CAPÍTULO 30

GRUPOS RACIAIS, ÉTNICOS, RELIGIOSOS, MINORIAS E PESSOAS DISCRIMINADAS

1. Generalidades	136
2. O princípio da igualdade	137

CAPÍTULO 31

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Generalidades	138
------------------------	-----

2. A principal legislação	139
3. O acesso ao mercado de trabalho	139
4. Papel do Ministério Público.....	140

CAPÍTULO 32

INVESTIDORES

1. Generalidades	141
2. Papel do Ministério Público.....	141

CAPÍTULO 33

CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. Generalidades	143
2. Competência.....	144

CAPÍTULO 34

MULHERES

1. O princípio da igualdade	145
2. A defesa dos interesses transindividuais	145

CAPÍTULO 35

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Generalidades	147
2. Regras especiais	147
3. Apuração das infrações	148

CAPÍTULO 36

PESSOAS IDOSAS

1. Generalidades	149
2. O Estatuto da Pessoa Idosa.....	149

CAPÍTULO 37

ORDEM URBANÍSTICA

1. Generalidades	151
2. Política urbana	151

CAPÍTULO 38

A NORMA RESIDUAL

1. Defesa de outros interesses transindividuais	153
2. A norma residual ou de extensão	154
3. Restrições ao acesso coletivo à jurisdição	154

CAPÍTULO 39

INQUÉRITO CIVIL

1. Origens.....	156
2. Conceito.....	157
3. Objeto	157
4. Valor	159
5. Fases	159
6. Competência.....	160
7. Impedimentos e suspeição	160
8. Procedimentos análogos.....	163
9. Efeitos da instauração.....	164
10. Crimes de falso testemunho e denúncia caluniosa	164
11. Posição do investigado	165
12. Conflitos de atribuições de membros do Ministério Público	165
a) Solução dos conflitos de atribuições	166
b) Soluções discutidas	166
c) Procedimento para o conflito.....	167
13. Instrução	168
14. Publicidade	170
15. O advogado no inquérito civil.....	171
16. Arquivamento.....	171
17. Controle de arquivamento	172
18. Efeitos do arquivamento.....	173
19. Recursos.....	173
20. Controle de legalidade	174
21. Nulidades	175
22. Apreciação conclusiva.....	175

CAPÍTULO 40

COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

1. Generalidades	176
2. A questão do veto	177

3. O objeto	178
4. Quem pode tomar o compromisso	179
5. Características do título	180
6. Os chamados “compromissos preliminares”	180
7. Súmulas do CSMP-SP	181
8. Efeitos	181
9. Vedações	182

CAPÍTULO 41

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1. Generalidades	183
2. Formalidades	183
a) Providências preliminares	184
b) Desenvolvimento dos trabalhos	184
c) Conclusão	184

CAPÍTULO 42

RECOMENDAÇÕES

1. Generalidades	186
2. Eficácia	186
3. Formalidades	187
4. Natureza jurídica	187

CAPÍTULO 43

RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Generalidades	188
2. Como se faz o controle da responsabilidade	190
3. Os limites da inviolabilidade	191

<i>Bibliografia específica</i>	193
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	195